

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.297 - RJ (2020/0011787-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CHRISANTHO BARROS DE MATOS
AGRAVANTE : GERALDO LUIZ BARROS TINOCO SERPA
AGRAVANTE : JANE DE ALMEIDA SALES
AGRAVANTE : JANETE FREITAS MONTEIRO
AGRAVANTE : JOSÉ ROQUE SALGADO NETO
AGRAVANTE : MARIA IVANIZE CARVALHO DA SILVA
AGRAVANTE : MOYSÉS DE JESUS SÁ
AGRAVANTE : REGINA MARIA MANHÃES AZEREDO DOS SANTOS
AGRAVANTE : RUI DE OLIVEIRA GRAIN
AGRAVANTE : VERA LUCIA CHAGAS DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS - RJ093242
AGRAVADO : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FLUMINENSE

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JANETE FREITAS MONTEIRO e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - PARCELA A TÍTULO DE REAJUSTE SALARIAL DE 70% REFERENTE A JANEIRO/89 - PERCEPÇÃO POR FORMA DE DECISÃO JUDICIAL ULTERIORMENTE REFORMADA - SUPRESSÃO DA VERBA.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, I, do CPC, sustentando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional porquanto omissa o acórdão recorrido, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

31. A grande importância do exame da omissão/contrariedade pelo Tribunal a que é a de que, diante da valoração jurídica correta da prova produzida pelas recorrentes e da devida interpretação a que se deveria ter do art. 54 da Lei 9.784/99 em relação ao caso concreto, o Tribunal a quo, para manter o resultado do julgamento, deveria, como o fez, contrariar frontalmente o dispositivo contido na lei federal citada, onde prevê o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para a Autarquia Federal revisar seus atos. Daí que, se mostra imprescindível que, em sede de Embargos de Declaração, o Tribunal a que se manifeste sobre o vício apontado (fl. 552).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 54 da Lei n. 9.784/99, no que concerne à decadência do direito da Administração de rever seus atos administrativos, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

37. A posição assumida pelo Tribunal a quo contraria a correta leitura do art. 54 da Lei 9.784/99 na medida em que este dispositivo discorre sobre o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para que a Administração Pública Federal possa rever/anular os seus atos administrativos.

38. Não pode haver dúvida quanto a um ponto: há mais de 12 anos a autarquia estava livre para suspender o pagamento dos 70,28%, ou seja, por mais de 12 anos, a autarquia vem livremente remunerando a aludida parcela. Tal remuneração tem sido uma liberalidade, por mais paradoxal que possa isso parecer em se tratando de vínculo com a Administração Pública.

39. Ora, ante o transcurso do prazo contado do citado trânsito em julgado, há de se afirmar que a suspensão do pagamento em janeiro de 2017, que vinha sendo feito por livre decisão do administrador público há mais de 12 anos, configura sim revisão de ato administrativo sujeito ao prazo do artigo 54 da Lei n. 9.784/1999 (fls. 553/554).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o dispositivo apontado como violado não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, pois se alega no recurso especial tão somente a omissão do acórdão, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, Dje de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza

Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Vale dizer que não se trata de anulação de ato administrativo a atrair a incidência do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, mas sim de cumprimento de ordem judicial transitada em julgado. Neste norte, inexistia ato coator praticado pelo Reitor do IFF, na medida em que não poderia manter o recebimento do percentual de 70,28% sem qualquer amparo legal e jurídico, e em contrariedade à decisão judicial, não sendo possível à autoridade adotar outra medida que não a supressão do pagamento da vantagem (fl. 518 - grifos acrescidos).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente